

editorial

A Ética tem ocupado sempre, desde a sua constituição como sabedoria na Antiguidade até ciência social bem estruturada na época contemporânea, um lugar importante no pensamento filosófico. Classicamente dedicada aos problemas da moral, da virtude e do dever, diversifica-se atualmente em campos tão vastos e, aparentemente, tão diferentes, como o ambiente, a medicina e a informática, tendo cada vez mais vindo a ser reconhecida como necessária em todas as áreas científicas e como fundamental para o bem comum e a sobrevivência da Humanidade. Por seu lado, as descobertas científicas têm sido feitas devido à curiosidade dos cientistas, à sua necessidade de atingirem novos e maiores conhecimentos embora, por vezes, alguns possam ser manipulados pela economia ou pela política. Fundamentalmente, a ciência é racional e tem princípios de causalidade; parte do que é observável para o que é demonstrável, provando então que é repetível e conduz a conhecimentos moralmente neutros. A utilização desses conhecimentos é que pode levantar questões de ordem moral, tão simples como o bem e o mal. Os problemas éticos surgiram em ciência quando, nessa comunidade de pensantes, alguém perguntou “porquê?” e “para quem?”. A partir dessa altura a comunidade científica amadureceu, começou a organizar-se melhor, a ter preocupações conjuntas, essencialmente com os efeitos das descobertas em si, tendo então delineado regras de conduta para as descobertas científicas e os próprios profissionais.

A leitura crítica do historial da ética médica e da bioética permite compreender que conceitos como a moralidade, que se refere à noção de “certo” e “errado” que existe em cada cultura ou comunidade ou, por exemplo, “pessoa humana”, não reúnam consenso nem sejam estanques - são produtos da reflexão crítica sobre os problemas e práticas morais, à luz das estruturas económicas, sociais e políticas, em cada época. A influência das práticas religiosas e dos teólogos foi inegável, sobretudo durante a época medieval, durante a qual pouco tempo se dedicava às atitudes reflexivas. Progressivamente, a influência dos filósofos na ciência foi sendo cada vez maior, assistindo-se hoje a uma inclusão quase obrigatória da bioética em qualquer trabalho científico.

A Genética Humana é disto um bom exemplo: é uma ciência relativamente recente, o seu desenvolvimento exponencial nos últimos anos tem permitido descobertas diárias de potencial e importância enormes, pode agora explicar muitas doenças familiares e até ajudar a evitá-las mas, principalmente, impedir a sua transmissão à descendência. Todavia, o entusiasmo e avanço científicos não têm porventura gerado as correspondentes preocupações éticas, possivelmente por falta de conhecimento das fundamentações filosóficas e de tempo para refletir, essenciais para lidar com esses assuntos. Os testes genéticos resultantes da aplicação prática desta ciência em contínuo desenvolvimento têm evidenciado um grande incremento, especialmente nos últimos anos, devido ao aperfeiçoamento de novas tecnologias, criado campos de aplicação profissional cada vez mais vastos e suscitado

preocupações éticas em praticamente todos os seus aspetos. Para além de evitar aconselhamentos genéticos diretivos, é aconselhável pensar que os testes a efetuar devem, antes de mais, respeitar os direitos humanos dos seus semelhantes, tais como a autonomia, a privacidade e a vontade, permitindo escolhas informadas.

Para assegurar procedimentos eticamente corretos a toda a Humanidade, foi acordada em 1948 a versão final da Declaração Universal dos Direitos Humanos, atualmente já traduzida do inglês em muitas línguas. Em 2000, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, veio reforçar a necessidade de aplicação de vários princípios básicos, como dignidade, liberdade e equidade, e é o primeiro documento a abordar o tema do perigo da discriminação “genética” e práticas “eugénicas”, proibindo-as.

Na verdade, Habermas, filósofo alemão contemporâneo que se especializou na dimensão humana da comunicação, tem alertado para aquilo que designou de “eugenia liberal”, nomeadamente no livro “O Futuro da Natureza Humana – a Caminho de uma Eugenia Liberal?”, em que nos recorda que o Homem tem tentado melhorar a “raça” humana desde tempos imemoriais – antigamente pela educação “moral” e atualmente pela “engenharia genética”; além disso, questiona as razões médicas e de saúde por vezes invocadas em genética e alerta-nos para o perigo de podermos estar a tratar os seres humanos como um simples meio para servir os fins de outrem e, por conseguinte, negar a sua autonomia. Contrapondo esta posição, autores como Julian Savulescu e John Harris têm defendido a “nova” eugenia, afirmando que os pais têm a obrigação moral de usar a genética e as novas tecnologias para “melhorarem” as características dos seus filhos, que designaram de “Princípio de Beneficência Procriativa”. Mas excluir os contextos de resolução de problemas médicos e proporcionar a seleção de certas características desejadas de um determinado genoma sem fins terapêuticos é permitir uma eugenia positiva, pois não existe “eugenia científica”, que parece ser a linha de orientação da presente pós-modernidade. Então, substituir-se-á a razão pela emoção, relevar-se-á o fim em detrimento do meio e perder-se-á toda a inovação que Kant introduziu no domínio da moralidade, equiparando-se a autonomia soberana à mera arbitrariedade, em que tudo poderá ser permitido em nome da liberdade de escolha e a responsabilidade pelas gerações futuras poderá ser descartada *ab initio*. Nesta altura do conhecimento, deverá prevalecer o bom-senso e as *leges artis* – mas é importante que a sociedade esteja mais informada, se interrogue, participe e seja mais crítica em relação à aplicação das novas tecnologias genéticas, ajudando a definir os parâmetros de utilização dos testes genéticos cada vez mais sofisticados para, só assim, proporcionar gerações futuras “eticamente” determinadas.

Natália Teles